

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Mandou avisar

No grupo de WhatsApp do PL, foi dito que o senador e pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (RJ) se encontrará hoje com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O partido aposta que, se o enquadramento do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como grupos terroristas sair desse encontro, a relação de Flávio e Daniel Vorcaro não vai fazer diferença para a campanha do senador ao Planalto.

## Por falar em Vorcaro e Flávio...

O PL aposta que, em duas semanas, “ninguém mais vai lembrar” do áudio e mensagens vazadas nas quais Flávio cobrava o patrocínio do ex-banqueiro para o filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Só tem um probleminha: se sair mais coisa, o impacto depois da Copa do Mundo será forte.

## Muita calma nessa hora

Às vésperas do último prazo para divulgação do balanço do Banco Regional de Brasília (BRB), economistas estão dedicados a explicar o imbróglio e por que a instituição precisa ser salva. “O BRB tem função regional relevante no Distrito Federal, presença em serviços públicos e base de clientes mais ampla. O banco tem conexão operacional e política mais ampla que o Master. Uma liquidação teria efeito de confiança mais forte e impacto regional relevante”, alerta o economista e consultor financeiro empresarial Carlos Henrique Silva.

## Veja bem

O economista lembra que, enquanto o Master representava apenas 0,57% dos ativos do sistema financeiro, o BRB tem uma participação muito maior. Por isso, sua liquidação causaria uma crise sistêmica.

# O acordo sob pressão eleitoral



O acerto entre o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a validação do fim da escala 6 x 1 ainda este ano, e com uma curta transição, foi feito sob encomenda para tentar ser alterado. Mas o fator eleitoral pesará se a mudança for muito grande. Isso porque os deputados ligados aos trabalhadores e aos sindicatos estão mapeando os parlamentares relacionados ao empresariado para dizer que, se houver intervenções que possam prejudicar as folgas dos funcionários de qualquer empresa, os sindicatos pretendem estampar

fotos desse pessoal como inimigos dos trabalhadores.

» » »

**Pague para ver/** Os empresários, porém, não vão desistir de colocar a visão deles a respeito do texto. A maior reclamação no momento é pela ausência de uma transição maior. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) será a primeira a defender um período maior para que a proposta entre em vigor. A ideia é respeitar ao menos o planejamento das empresas de 2026, deixando a validade para 2027.

## CURTIDAS

**Aposta alta/** O presidente do partido Democracia Cristã (DC), ex-deputado João Caldas, tem compartilhado diversas publicações exaltando Joaquim Barbosa, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal e relator do Mensalão, como seu candidato à Presidência. Em um deles, a frase era: “O homem certo para o Brasil virar a página”.

**Cenário inalterado/** A nova rodada da pesquisa Nexus/BTG, divulgada esta semana, indica que, até aqui, a relação Flávio-Vorcaro não mexeu muito no humor do eleitorado em relação ao pré-candidato do PL. A novidade é Joaquim Barbosa, que larga nas intenções de votos na casa dos 2%.

**Venham para cá/** Com o XIV Fórum de Lisboa, capitaneado pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana que vem, Hugo Motta quer todos os deputados em Brasília esta semana para deixar o fim da escala 6 x 1 votado antes da viagem. A presença virtual ficou para junho, quando muitos deputados vão emendar o seminário com a temporada de festas juninas.



**Se você for ver o Brasil hoje à esquerda, a missão é super bem-intencionada. Não se discute que a missão é nobre, mas a execução é temerária, a qualquer preço e não funciona. Se você for à direita, a missão também é nobre. Um Estado mais enxuto, livre mercado, um país mais eficiente de fato. Mas você não pode simplesmente ignorar que a gente vive num país com uma desigualdade abissal. Por que a gente não pode jogar com as duas pernas? Por que a gente não pode ter um projeto equilibrado?"**

Reprodução/TV Globo



**Do apresentador Luciano Huck (foto), durante o Fórum Esfera, no Guarujá. No passado, ele figurou como pré-candidato ao Planalto**

## PODER

# Lula começa radioterapia

Presidente passará por 15 sessões para tratar um câncer de pele no couro cabeludo. Tratamento, porém, não altera rotina

» ALICIA BERNARDES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou, ontem, pela primeira sessão de radioterapia superficial no couro cabeludo como parte do tratamento complementar após a retirada de um câncer de pele diagnosticado em abril deste ano. O procedimento médico foi realizado na unidade de Brasília do Hospital Sírio-Libanês, responsável pelo acompanhamento do chefe do Executivo.

Em boletim divulgado pela manhã, a equipe médica informou que as sessões possuem caráter preventivo e não devem provocar efeitos colaterais. Segundo o hospital, Lula poderá manter normalmente a agenda de compromissos e a rotina de trabalho durante todo o período de tratamento. O presidente ainda terá de comparecer regularmente à unidade hospitalar para concluir outras 14 sessões de radioterapia.

A intervenção ocorre pouco mais de um mês após a retirada de uma lesão classificada como carcinoma basocelular, tipo mais comum de câncer de pele associado à exposição prolongada ao sol. O procedimento cirúrgico foi realizado em 24 de abril, em São Paulo, após acompanhamento médico da evolução da lesão no couro cabeludo.

Na ocasião, a dermatologista Cristina Abdala explicou que o quadro era localizado e sem sinais de disseminação para outras partes do corpo. Segundo a especialista, o carcinoma basocelular apresenta crescimento lento e, em geral, possui baixo risco de complicações quando tratado adequadamente. “É uma lesão localizada, não espalha para nenhum lugar. O máximo que pode acontecer é ficar aparecendo pequenas feridas”,

afirmou, à época.

O cardiologista Roberto Kalil Filho, que integra a equipe responsável pelo acompanhamento do presidente, destacou que a retirada da lesão era necessária para impedir o crescimento do tumor e evitar sangramentos ou dificuldades de cicatrização. “Quando cresce, a gente precisa retirar, porque, se não, continua crescendo, não cicatriza, sangra”, declarou após o procedimento cirúrgico realizado em abril.

## Exposição ao Sol

Diferentemente do que ocorreu durante a retirada da lesão, nesta nova etapa do tratamento não foi necessária a realização de biópsia. Segundo os médicos, o material analisado anteriormente já havia confirmado o diagnóstico do carcinoma basocelular, considerado um câncer de pele de baixa agressividade e com elevado índice de cura quando tratado precocemente.

O carcinoma é identificado, inicialmente, em consulta com um dermatologista por alterações visíveis na pele, como mudanças na cor e no formato de sinais já existentes, regiões avermelhadas ou irritadas, e feridas abertas por mais de quatro semanas, que demoram a cicatrizar. Em geral, aparece nas regiões mais expostas ao Sol, como a cabeça e o pescoço.

Cerca de 80% dos cânceres de pele são carcinomas basocelulares. A principal medida de prevenção é ter cuidado com o Sol, evitar exposição em horários de pico e usar protetor solar diariamente.

Apesar do tratamento complementar, o Palácio do Planalto informou que não haverá alterações na agenda oficial do presidente. Lula segue cumprindo compromissos políticos e institucionais normalmente, enquanto realiza as sessões de radioterapia em Brasília.

Ricardo Stuckert / PR



**Lula decidiu usar chapéu em eventos públicos para proteger a lesão, após passar por cirurgia em abril**

# Acordo prevê limite aos penduricalhos

» IAGO MAC CORD

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), firmaram ontem um acordo para impor limites aos chamados “penduricalhos”, benefícios que, muitas vezes, levam o salário de juízes e servidores públicos a extrapolar o teto constitucional, atualmente em R\$ 46.366,19.

Eles se reuniram para alinhar o rascunho de um projeto de lei (PL) que regulamentará o sistema remuneratório de juízes e servidores em geral.

Ambos querem construir uma solução legislativa ampla que limite a multiplicação de vantagens pecuniárias acessórias, como gratificações,

abonos e parcelas autônomas que, na prática, inflam os vencimentos acima do permitido. Ficou definido, no encontro, que o STF enviará uma proposta remuneratória estruturada para que o Congresso Nacional formule o texto final da lei.

“Reconheceu-se que se trata de questão estrutural, a demandar solução legislativa de caráter geral que preserve a valorização das carreiras públicas”, escreveram Fachin e Alcolumbre, em nota enviada à imprensa.

Esse movimento ocorre em um contexto de endurecimento da Suprema Corte contra gastos excessivos. Em março, o Tribunal consolidou o entendimento de que vantagens que extrapolam o teto ou que não possuem vinculação direta

com a prestação do serviço são inconstitucionais.

## Votação no CNJ

Além disso, o acordo entre STF e Congresso ocorreu à véspera de uma votação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), hoje, sobre a criação de um “contracheque único” obrigatório para todos os juízes do país, medida que visa trazer transparência absoluta aos ganhos reais da categoria e dificultar o pagamento de verbas que excedam o teto constitucional.

Atualmente, a fiscalização é dificultada porque a remuneração não é consolidada em um único documento, dispersando-se em folhas suplementares e registros



**“Reconheceu-se que se trata de questão estrutural, a demandar solução legislativa de caráter geral que preserve a valorização das carreiras públicas”**

**Edson Fachin e Davi Alcolumbre**, presidentes do STF e do Senado Federal, respectivamente

variados que nem mesmo a cúpula do Judiciário consegue monitorar com precisão.

O cerne da proposta que o CNJ irá votar é a criação da Tabela Remuneratória Unificada (TRU). A necessidade dessa padronização é evidenciada pelo caos administrativo identificado em auditorias: o Conselho mapeou mais de 500 rubricas diferentes usadas pelos tribunais para pagamentos a magistrados, enquanto um estudo da Transparência Brasil localizou mais de três mil termos distintos para descrever vencimentos.

Segundo Fachin, que também preside o CNJ, a medida que deve ser aprovada hoje permitirá saber de forma clara quanto se remunera, efetivamente, a magistratura.